



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS
ARQUIVÍSTICOS: UM ESTUDO NA REGIÃO
CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Tassiane Mélo de Freitas

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: UM ESTUDO NA
REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ.**

por

Tassiane Mélo de Freitas

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão de Arquivos

Orientadora: Prof^a. Denise Molon Castanho

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:
um estudo na região carbonífera do Baixo Jacuí.**

elaborada por
Tassiane Mélo de Freitas

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Denise Molon Castanho, Ms.
(Presidente/Orientadora)

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dr^a. (UFSM)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Ms. (Suplente)

Santa Maria, 17 de dezembro de 2010.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: UM ESTUDO NA REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ.

AUTORA: TASSIANE MÉLO DE FREITAS

ORIENTADORA: PROF^a. DENISE MOLON CASTANHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 17 de dezembro de 2010.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o projeto de ação educativa interdisciplinar – *Uma luz no fim do túnel* – que atua em favor da salvaguarda de documentos históricos da região carbonífera do Baixo Jacuí, envolvendo a comunidade escolar do Instituto Federal Sul Rio-Grandense – *Campus* Charqueadas (IF-Sul). Para tanto, por meio de uma revisão bibliográfica, que privilegia questões acerca do universo das ações educativas em patrimônio e a metodologia da educação patrimonial, e de uma observação sistemática e participante foi possível vislumbrar como resultado a importância do trabalho educativo em torno da questão do patrimônio como uma alternativa para a sensibilização da comunidade carbonífera no que diz respeito à preservação do seu patrimônio cultural, em especial o documental. A proposta se justifica, sobretudo pela necessidade iminente de propor ações educativas que possam reverter o quadro de perigo em relação à possível perda do acervo documental do antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) levando desta maneira à sua devida salvaguarda e acesso. Os conceitos de políticas públicas, patrimônio, educação patrimonial, ações educativas em patrimônio e preservação auxiliarão na realização desta pesquisa e posteriormente o alcance de seu objetivo principal.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Patrimônio. Educação Patrimonial. Ações Educativas em Patrimônio e Preservação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: UM ESTUDO NA REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ.

(PRESERVATION AND ACCESS TO ARCHIVAL: A STUDY IN THE COAL REGION
OF LOW JACUÍ)

AUTORA: TASSIANE MÉLO DE FREITAS

ADVISER: PROF^a. DENISE MOLON CASTANHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 17 de dezembro de 2010.

This paper aims at analyzing the design of interdisciplinary educational action - A light at the end of the tunnel - which works in favor of safeguarding historical documents from the Lower Carboniferous Jacuí region, involving the school community of the Institute Federal Sul Rio-Grandense - *Campus* Charqueadas (IF-Sul). To do so, through a literature review, which focuses on questions about the universe of equity in educational activities and methodology of heritage education, and a systematic observation and participant as a result were able to pinpoint the importance of educational work around the issue of equity as an alternative to coal community awareness regarding the preservation of their cultural heritage, especially the documentary. The proposal is justified, especially for the urgent need to offer educational activities that can reverse the risk in relation to the possible loss of the documentary collection of ancient Consortium Administrator of Mining Companies (CADEM) taking this way for its proper preservation and access. The concepts of public policy, heritage, heritage education, heritage and educational activities to assist in preserving this research and further the reach of its goal.

Keywords: Public Policy. Heritage. Heritage Education. Educational Activities in Heritage and Preservation.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Trabalhadores mineiros nos subterrâneos de uma mina de carvão (1930)..... | 14 |
| Figura 2 - Imagem da entrada do Antigo Engenho Novak em Butiá – RS (2008)..... | 17 |
| Figura 3 - Situação de parte do acervo tratado por esta pesquisa (2008)..... | 19 |
| Figura 4 - Situação de parte do acervo tratado por esta pesquisa (2008)..... | 35 |
| Figura 5 - Gerente de Ensino Prof. Marcelo Bender destaca a importância da implementação do projeto na instituição (2009)..... | 36 |
| Figura 6 - Prof. Benito Bisso Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta as perspectivas em relação ao desenvolvimento do projeto Uma luz no fim do túnel (2009)..... | 36 |
| Figura 7 - Historiadora Carla Renata Gomes esclarecendo a importância do projeto (2009)..... | 37 |
| Figura 8 - Comunidade discutindo a viabilidade das ações propostas em prol da salvaguarda do patrimônio documental da região carbonífera, representado pelas dez toneladas de documentos do Antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – o CADEM (2009)..... | 37 |
| Figura 9 - Apresentação do projeto Uma luz no fim do túnel aos participantes da primeira fase de oficinas (2009)..... | 38 |
| Figura 10 - Felipe Klován realizando palestra sobre a história da mineração no Rio Grande do Sul (2009)..... | 38 |
| Figura 11 - Prof. Benito B. Schmidt tratando das noções gerais de patrimônio e Educação Patrimonial (2009)..... | 39 |
| Figura 12 - Participantes da oficina assistindo à palestra (2009)..... | 39 |
| Figura 13 - Participante da oficina de higienização aplicando os conhecimentos adquiridos nas palestras preparatórias (2009)..... | 40 |
| Figura 14 - Participantes iniciando o processo de higienização e classificação da pequena amostragem de documentos (2009)..... | 40 |
| Figura 15 - Alunas do Curso Técnico em Informática do IF-Sul Rio-Grandense – Campus Charqueadas higienizando carteiras de trabalho que fazem parte do acervo (2009)..... | 40 |

| | |
|---|----|
| Figura 16 - Grupo de participantes das oficinas práticas (2009)..... | 41 |
| Figura 17 - Convite do encerramento das oficinas do Projeto Uma luz no fim do túnel (2009)..... | 41 |
| Figura 18 - Representante da Pró Reitoria de Extensão do IF-Sul participando da entrega dos certificados (2009)..... | 42 |
| Figura 19 - Aluno apresentando o blog das oficinas do projeto Uma luz no fim do túnel (2009)..... | 42 |
| Figura 20 - Participante da oficina recebendo o certificado de conclusão da 1ª etapa (2009)..... | 42 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 A MINERAÇÃO DE CARVÃO NO RIO GRANDE DO SUL..... | 11 |
| 2.1 Histórico das ações em busca da preservação e acesso aos documentos históricos da Região Carbonífera do Baixo Jacuí..... | 16 |
| 2.2 Um panorama sobre as políticas de preservação e acesso a documentos de arquivos | 20 |
| 3 EDUCAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: uma união em defesa da preservação e acesso aos documentos históricos da região carbonífera do Baixo Jacuí – Rio Grande do Sul | 26 |
| 3.1 O documento como patrimônio | 26 |
| 3.2 Educação patrimonial e ações educativas em patrimônio: duas propostas em defesa do patrimônio documental carbonífero | 30 |
| 3.3 Ações Educativas em patrimônio: a experiência desenvolvida no Instituto Federal Sul Rio-Grandense <i>Campus-Charqueadas</i> | 33 |
| 4 METODOLOGIA | 45 |
| 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 50 |
| 6 CONCLUSÃO | 55 |
| REFERÊNCIAS..... | 58 |

1 INTRODUÇÃO

O desastre ocorrido em Florença (Itália), devido à enchente do rio Arno, em 1966, foi um evento que instigou a preocupação em relação à preservação dos acervos documentais e bibliográficos. Livros, manuscritos e até obras de arte necessitaram da intervenção de peritos em restauração do mundo inteiro. A partir deste fato, certamente a atenção em relação à preservação dos acervos se tornou mais evidente, porém atualmente ainda é possível serem constatadas realidades lamentáveis tais como a apontada por esta pesquisa.

Apesar dos avanços em relação a alguns órgãos que possuem uma estrutura que possa atender às necessidades dos seus acervos, ainda tem um problema muito sério a ser enfrentado: a busca pela preservação de acervos que se encontram “armazenados” de forma precária seja pela inexistência de políticas públicas que atendam a esta necessidade ou por falta de uma legislação que realmente entre em ação e faça frente aos inúmeros descasos que vem acontecendo neste sentido.

A situação a qual se encontra o maior acervo documental do estado do Rio Grande do Sul acerca da história e da memória da mineração de carvão e a conseqüente ação educativa em favor da salvaguarda desta massa documental é o principal motivo que estimulou a pesquisa que será desenvolvida nos capítulos que seguem.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o projeto de ação educativa interdisciplinar que busca o salvamento de documentos históricos da região carbonífera do Baixo Jacuí, envolvendo a comunidade escolar do Instituto Federal Sul Rio-Grandense – *Campus* Charqueadas. Já os objetivos específicos desta pesquisa são: contextualizar o universo de estudo; analisar políticas de preservação e acesso aos documentos arquivísticos, consubstanciadas em ações educativas; analisar o caráter interdisciplinar da Arquivologia; por fim apontar possibilidades de intervenção que possam envolver a comunidade escolar de áreas que apresentam situações de risco em acervos históricos.

Assim no segundo capítulo deste trabalho é apresentado um panorama acerca do histórico de defesa do patrimônio documental carbonífero, representado nesta pesquisa pela massa documental de cerca de dez toneladas de documentos

históricos (jornais de época, carteiras de trabalho, livros-ponto, mapas de mineração, etc) pertencentes ao antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), empresa esta que controlou a extração do carvão mineral nos municípios carboníferos da região do Baixo Jacuí entre os anos de 1936 a 1964, quando foi extinto. Além da apresentação da situação em que a documentação se encontra e todo o processo que levou ao desenvolvimento da ação educativa *Uma luz no fim do túnel*, posteriormente, ainda neste capítulo, é apresentado um breve histórico acerca da mineração de carvão no Rio Grande do Sul, de forma com que o leitor compreenda a realidade espaço-temporal em que esta documentação foi gerada. Por fim é possível tratar acerca das políticas de preservação e acesso aos documentos arquivísticos, com vistas à aplicação destas políticas na realidade estudada.

O capítulo três aborda mais precisamente o objeto de estudo desta pesquisa que é a ação educativa *Uma luz no fim do túnel*, que por sua vez se apresenta como uma ação interdisciplinar voluntária que visa à salvaguarda desta documentação envolvendo a comunidade escolar do Instituto Federal Sul Rio-Grandense *Campus Charqueadas* (IF-Sul) que realizou um primeiro processo de higienização e classificação de amostragem desta documentação.

A dificuldade enfrentada na luta em defesa da preservação do Patrimônio Cultural (no caso aqui representado pelo acervo documental carbonífero) é possível de ser compreendida através desta pesquisa, que por sua vez apresenta-se também como um veículo de divulgação da situação a qual se encontra o patrimônio cultural carbonífero, fazendo assim com que mais agentes possam fazer parte deste desafio em busca da preservação e acesso aos documentos arquivísticos que revelam a história e a memória da região carbonífera do Baixo Jacuí.

Esta pesquisa, no entanto, justifica-se, sobretudo pelo fato de valorizar o caráter interdisciplinar da Arquivologia propondo ainda uma análise de metodologias participativas que possibilitem o desenvolvimento de um processo educativo, sistêmico, interdisciplinar e crítico de levantamento e troca de informações entre a comunidade envolvida e a equipe técnica envolvida no projeto *Uma luz no fim do túnel*.

2 A MINERAÇÃO DE CARVÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Conforme abordado em um dos estudos mais antigos acerca da história dos municípios oriundos do município de São Jerônimo¹, a descoberta do carvão no Rio Grande do Sul aconteceu, aproximadamente, em fins do século XVIII por um soldado português, que vagando pela região do Baixo Jacuí, encontrou o carvão de pedra e enviou a amostra a Rafael Pinto Bandeira, a maior autoridade do estado naquele período.

A localidade da descoberta diz respeito à região onde atualmente localiza-se o município de Butiá, que até então era distrito de São Jerônimo que por sua vez pertencia a Triunfo, um dos primeiros núcleos urbanos do Rio Grande do Sul². Somente em 1861, São Jerônimo instalou sua Câmara Municipal e posteriormente conforme a Lei Municipal número 38 de 17 de novembro de 1960 teve sua nova divisão territorial baseada na divisão por distritos, os quais somariam oito, sendo que destes, atualmente só dois continuam fazendo parte do município de São Jerônimo sendo que os demais passaram por processos de emancipação entre as décadas de 1960 e 1990.

Após a descoberta do primeiro carvão de pedra nesta região, até que se instalasse de vez a primeira indústria carbonífera nacional houve várias outras descobertas, sendo que as amostras do mineral sempre foram encaminhadas até a Sede do Governo Imperial, no Rio de Janeiro. Em 1853, Luiz Vieira Cansação de Sinimbú, o Visconde de Sinimbú, até então presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entrou em contato com o experiente mineiro inglês James Johnson, a fim de que pudesse dar início à grande empreitada da mineração de carvão no Brasil. Após conseguir uma concessão do governo imperial, Johnson deu início às pesquisas e extração de carvão no atual município de Arroio dos Ratos, que é considerado o berço da indústria carbonífera nacional:

¹ Este trecho faz referência ao livro *“Monografia de São Jerônimo”* publicado em 1942 pelo ex-médico das minas de carvão da região do Baixo Jacuí, Dr. Carlos Alfredo Simch.

² BROSE, Markus Erwin. Rio Grande do Sul: superação das desigualdades regionais. In: CRUZ, José Luis Vianna da (org). Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2005, p. 235.

O Visconde de Sinimbu com aquela enérgica disposição de atacar de maneira ativa o caso do carvão, S. V. Exa. obteve do Governo Imperial um crédito de 3 contos para auxiliar as obras da Província e, no caso a pesquisa do carvão. Animado deste propósito entrou em contato com o mineiro inglês JAMES JOHNSON, a quem o Presidente encarregou de uma nova exploração de carvão nas margens do Jacuí, James Johnson, com material embora precário, sondas pequenas, começou seus trabalhos em São Jerônimo, povoação do Novo Triunfo, fronteiro à Vila de S. Bom Jesus do Triunfo, situada à margem esquerda do Jacuí, enquanto sondava na margem direita (SIMCH, 1961, p.194).

Em 1881 teve início o processo de extração do carvão mineral na região onde atualmente está localizado o município de Butiá. Neste ano o boticário de Jaguarão, Nicácio Teixeira Machado, conseguiu uma concessão para explorar o carvão na região. Diante das dificuldades enfrentadas e do pouco reconhecimento por parte do Império, Nicácio aproveita umas das visitas de Gaspar Silveira Martins³ à região de São Jerônimo, para solicitar “valiosos préstimos” às atividades extrativas, entretanto nada foi concedido. Coube então a Nicácio Machado se “aventurar” na abertura de poços de extração de carvão somente juntando os seus parques capitais e de seus amigos Guilherme Krumel, Felipe Steigleder e Luiz Custódio. Insistentemente Nicácio solicitou a concessão para o estudo de uma linha férrea que transportasse o carvão, mas também não alcançou este propósito, assim o carvão extraído destes poços rudimentares teve, por sua vez, que ser transportado através de carroças até o porto de São Jerônimo rumo à sua devida comercialização na capital do Rio Grande do Sul.

O ano de 1932 foi um marco de grande desenvolvimento da indústria carbonífera nacional (HOFF, 1992). Neste ano, o Grupo Capitalista Martinelli capitaneado pelo engenheiro carioca Roberto Cardoso, adquiriu todas as existências da Mina de Butiá e assim foi aberto um novo poço. O “Poço 2” foi um plano inclinado com “correia sem fim”, sendo o primeiro do gênero no país. Caracterizado como fruto de uma “revolução tecnológica”, tratava-se do “Poço Farroupilha”, que foi assim denominado devido a sua inauguração ter sido no ano de 1935, quando se comemorava o centenário da Revolução Farroupilha (HOFF, 1992).

O Poço Farroupilha, hoje chamado de “Esqueleto”, devido a sua estrutura deteriorada pelo descuido e ação do tempo, representou um marco da indústria carbonífera nacional bem como para a evolução urbana no município de Butiá. Este poço foi responsável pelo crescimento urbano que tomou rumo ao nordeste no

³ Gaspar Silveira Martins, na época senador, era importante figura da política do Rio Grande do Sul que posteriormente liderou os “maragatos” durante a Revolução Federalista (1893-1895).

município de Butiá⁴. Novos aglomerados de casas geminadas foram surgindo, modificando consideravelmente o panorama arquitetônico da cidade, até então formado basicamente por residências de barro com cobertura de palha. Além do mais, a abertura deste novo poço trouxe à tona o processo de migração de pessoas vindas da zona da campanha⁵ atraídas pela *pseudo* propaganda de riqueza no trabalho nas minas de carvão da região. Por fim a abertura do Poço Farroupilha foi um dos fatores essenciais que posteriormente deram condições econômicas para que o até então quarto distrito de São Jerônimo - Butiá, encaminhasse seu processo de emancipação, deixando, assim, de ser um distrito para se tornar posterior e oficialmente um município em 9 de outubro de 1963 (HOFF, 1992).

Estas considerações históricas são de suma importância a fim de que se possa compreender o universo de origem dos documentos os quais o projeto *Uma luz no fim do túnel* tem como objetivo salvaguardar.

Neste contexto histórico apresentado é possível perceber o quanto a atividade econômica da mineração de carvão definiu os espaços e principalmente as relações sociais presentes até os dias atuais.

É inconcebível que uma região outrora responsável pelo desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul como também do nosso país tenha sua história e sua memória destinada ao esquecimento, seu patrimônio cultural não preservado e esteja fazendo parte do mapa das zonas mais empobrecidas do nosso estado. Estas constatações devem-se hipoteticamente, em parte, ao longo período de desenvolvimento de uma atividade econômica na região, de características puramente capitalistas e que deixou rastros de destruição ambiental e através de uma relação paternalista⁶ com seus subordinados tornou a população dos

⁴ Esta região é onde está localizado na contemporaneidade o bairro Vila Nova, em Butiá.

⁵ A região da Campanha Gaúcha se estende ao longo da fronteira com o Uruguai, tendo como principais referências os municípios de Bagé, Dom Pedrito e Santana do Livramento.

⁶ As relações entre as empresas mineradoras e seus subordinados muitas vezes esteve baseada numa modalidade de autoritarismo na qual uma pessoa exerce o poder sobre outra combinando decisões arbitrárias e inquestionáveis, com elementos sentimentais e concessões graciosas. Assim as empresas ao mesmo tempo que exerciam relações de exploração através da mais-valia concediam casas, "bônus-alimentação" e uma série de componentes infra-estruturais para as cidades mineradoras (cines-clubes, hospitais, construção de igrejas, etc) causando desarticulações da classe trabalhadora no momento de alguma reivindicação, devido a divisão de opiniões em relação ao caráter de exploração da empresa em relação aos empregados.

municípios desarticulada no sentido de buscar novas soluções para seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Deve-se ressaltar a importância histórica dos documentos do acervo do antigo CADEM como fontes para diversas pesquisas as quais se façam necessárias a análise deste tipo de material (em meio a estes documentos, por exemplo, encontramos um número interessante de recortes de jornais das décadas de 40, 50 e 60 do século XX organizados pela empresa a fim de se manter atualizada sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais deste período os quais inclusive poderiam influenciar em seus negócios na região: greves de trabalhadores, crise dos combustíveis, II Guerra Mundial...).

É interessante também estarmos atentos à questão da preservação da memória destas comunidades. Esta é uma necessidade a ser suprida dentro de uma leitura histórica que não se preocupa somente com a história dos “grandes heróis”, mas com a narrativa de personagens que não fazem parte dos livros, porém que foram sujeitos de um processo histórico e revelam isto através de suas memórias.



Figura 1 - Trabalhadores mineiros nos subterrâneos de uma mina de carvão (1930).

Segundo Maurice Halbwachs (2006), o indivíduo participaria de dois tipos de memória: por um lado observa-se a memória individual e por outro se destaca a memória coletiva. A memória coletiva está relacionada a certos momentos em que o indivíduo seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Assim a relação entre memória individual e memória coletiva

se dá a partir do momento em que essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho. Desta maneira toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância, ressaltando que a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas.

O historiador Le Goff (2003) destaca que a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Diferentemente de Halbwacks, Le Goff fala em uma memória histórica. Dentro destas considerações é necessário dar importância especial às diferenças entre sociedade de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita.

Tendo em vista os conceitos apresentados por Halbwacks e Le Goff é necessário que possamos focar a preservação da memória existente nos documentos históricos como possibilidade de reinterpretação do passado na constituição do espaço vivencial, no passado e no presente. Diante desta perspectiva Luporini destaca o seguinte:

A compreensão do modo como essas comunidades se constituíram e se desenvolveram, em passado próximo ou remoto, pode explicitar as relações de poder que são vigentes até os dias atuais e que se constituem em obstáculos às tentativas de mudança de determinadas estruturas sociais, reprodutoras das tremendas desigualdades que assolam a população brasileira (LUPORINI, 2002, p. 206).

Pode-se afirmar, no entanto que a ideia levantada por Luporini confirma em certa medida a hipótese acerca da possível desarticulação de parte da comunidade carbonífera em relação à defesa de seu patrimônio histórico cultural, especialmente o documental.

2.1 Histórico das ações em busca da preservação e acesso aos documentos históricos da região carbonífera do Baixo Jacuí

Vem se estendendo a cerca de quinze anos uma situação de completo descaso em relação a um importante acervo documental do estado do Rio Grande do Sul (o qual poderia ser denominado também como “massa documental”). Devido a diversos fatores tais como os que giram em torno dos interesses da questão da valorização da memória e da história dos trabalhadores da região carbonífera do Baixo Jacuí, esta situação tem visto sua solução como uma questão a ser resolvida em longo prazo, dependendo primeiramente de um processo de sensibilização da população carbonífera, acerca da importância destes documentos tanto para a história como para a memória de sua gente, gerando assim um sentimento de identidade e levando a ações que iniciem um processo de desenvolvimento cultural, social e econômico na região.

No ano de 1996 foi criada a Associação Cultural Butiaense (ACUB), no município de Butiá – Rio Grande do Sul, (município pertencente à região carbonífera do Baixo Jacuí) que tem como objetivo principal o resgate da memória e da história do município e da região a qual pertence. É nesse mesmo período que a ACUB foi comunicada acerca de um ato de completa desvalorização do patrimônio histórico da região: a intenção de incinerar cerca de dez toneladas de documentação histórica, no município de Charqueadas, (sendo que entre este material encontrava-se documentação de origem puramente trabalhista) pela própria empresa que a gerou.

Diante desta situação, Gertrudes Novak Hoff, historiadora e membro da ACUB, decidiu intervir juntamente com demais defensores da história e da memória da região providenciando o transporte desta documentação para o município de Butiá contando a partir daí com o apoio da Prefeitura Municipal, que por algum tempo cedeu alguns espaços públicos deficientes para o acondicionamento da documentação, que passou por vários anos sendo transportada de um local a outro, onde muitos dos documentos, parte deste acervo, foram perdidos, extraviados e deteriorados pela ação de agentes agressores à vida útil do papel (poeira, umidade, insetos...).

Devido à inconstância do local que poderia abrigar este acervo, a historiadora Gertrudes decidiu realizar a transferência desta documentação para um local que no passado serviu como engenho de arroz de propriedade de sua família.

No ano de 2004, juntamente com o colega do Curso de História da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), Aleksandro Witkowski, houve a oportunidade da realização de uma visita ao local que acomodava a documentação (Antigo Engenho Novak em Butiá). Com esta visita foi possível deparar-se com a circunstância a que estavam submetidos estes valiosos documentos, que contam muito da história dos trabalhadores das minas de carvão, entre o período, o qual incipientemente se deduz ser entre os anos de 1910 e 1960.



Figura 2 - Imagem da entrada do Antigo Engenho Novak em Butiá – RS (2008).

A partir desta situação foi possível contar com o apoio de professores do Curso de História da FAPA e da Diretoria do Sindicato dos Mineiros, para a produção da obra *Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá* (FREITAS; WITKOWSKI, 2006) um livro de divulgação e apelo à população para se unirem em favor da salvaguarda desta documentação histórica tão importante para a comunidade carbonífera do Baixo Jacuí.

Foram realizadas diversas atividades entre os anos de 2005 e 2010 entre elas: encontros e reuniões com o Prefeito Municipal de Butiá e de outros municípios

integrantes da região, com entidades interessadas na questão do Patrimônio Histórico da Região do Baixo Jacuí e com a direção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, na tentativa de se discutir e viabilizar soluções para este acervo. Infelizmente não se atingiu resultados concretos para resolução da situação.

No início de 2009 um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apoiados pelo professor do Departamento de História Dr. Benito Bisso Schimdt uniu-se a esta empreitada em busca da salvaguarda da documentação. Através deste grupo foi possível conseguir alguns apoios importantes, tais como o da UFRGS, através do seu Programa *Ciência na Sociedade, Ciência na Escola* (programa da Pró reitoria de Pesquisa da UFRGS), do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e do IF-Sul - *Campus Charqueadas*.

Um fato relevante que assinala para um processo de valorização dos arquivos no Rio Grande do Sul foi a Audiência Pública sobre os Acervos ocorrida no dia quinze de setembro de 2009, na Sala Professor Salzano Vieira da Cunha da Assembleia Legislativa. Esta audiência teve como objetivo elucidar para as autoridades presentes a situação dos acervos gaúchos. Foi um espaço de grande importância para ressaltar a situação dos documentos históricos de Butiá.

Estiveram presentes neste encontro diversas autoridades, entre elas a Professora Zita Possamai, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Professora Elizabete da Costa Leal, Presidente da Associação Nacional de História, Beatriz Muniz, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Professor Luiz Antônio Assis Brasil, escritor e Coordenador do Espaço de Documentação e Memória Cultural – Biblioteca Geral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Perante o público presente na Audiência foi levantada a questão acerca da situação da vasta documentação localizada no município de Butiá, enfatizando a ausência de um local adequado para guardar e conservar tal acervo, sendo assim foi feito um apelo à Assembleia e ao Ministério Público a fim de buscar uma solução.

Como a solução em relação ao local de armazenamento destes documentos ainda se encontrava em andamento, o grupo de pesquisadores da UFRGS em parceria com o IF-Sul se mobilizou a fim de que fosse criada uma iniciativa que envolvesse educandos do ensino médio técnico (dos cursos de Mecatrônica e

Informática) desta instituição para que pudessem auxiliar no processo de salvaguarda imediata destes documentos, além de produzirem conhecimento acerca de áreas não trabalhadas no ensino formal.



Figura 3 - Situação de parte do acervo tratado por esta pesquisa (2008).

Este projeto denominado *Uma luz no fim do túnel: Universidade e Escola salvando a documentação das minas da Região Carbonífera do Baixo Jacuí*, objeto de investigação desta pesquisa, nasceu com o objetivo principal de promoção de uma ação educativa visando à salvaguarda, à higienização e à elaboração de um inventário inicial dos documentos relatados, bem como posterior produção de banco de dados e ferramentas virtuais de divulgação do acervo. Posteriormente se percebeu que o desafio se tornaria maior, tendo em vista a situação difícil em torno do apoio a esta ação.

O terceiro capítulo deste trabalho tratará diretamente destas ações educativas como meio para a construção de um Centro de Memória Regional do Carvão, uma solução viável para estes documentos e como meio de se buscar o desenvolvimento regional.

2.2 Um panorama sobre as políticas de preservação e acesso a documentos de arquivos

Certamente as políticas públicas em torno da questão da preservação do patrimônio, principalmente no que diz respeito ao patrimônio edificado, tem avançado ao longo dos tempos. Assim, é possível também, atualmente, vislumbrarmos ações de preservação dos documentos escritos que relatam a história e a memória de diversos grupos sociais.

Segundo Paulo Hamilton Siqueira (2009), as políticas públicas são as ações que o governo realiza com a finalidade de atingir as metas estabelecidas e que serão realizadas pela administração pública.

As políticas públicas revelam a orientação política do governo, no que tange às tarefas de interesse público, entretanto surgem de um interesse da sociedade civil organizada, juntamente com os partidos políticos e o governo, sendo que a efetivação destas deve ser uma responsabilidade também dos cidadãos, não somente dos governos.

Levando em conta o universo patrimonial, a situação em torno das políticas públicas agrava-se ante a falta de identificação da população com o “seu” suposto patrimônio, muitas vezes representado por espaços ou objetos que são indiferentes à maioria.

Percebe-se em alguns casos que as políticas públicas não atingem determinadas realidades patrimoniais, isso pode estar relacionado ao fato do patrimônio necessitar ser apropriado por mais pessoas.

Conforme Possamai⁷ há prédios e monumentos (inclusive documentos escritos) considerados de grande valor cultural (segundo os valores definidos por um limitado número de agentes) que acabam sendo totalmente negligenciados por sua comunidade mais próxima e isto muitas vezes se deve pelo pouco envolvimento que as pessoas tiveram na construção da noção da importância do determinado patrimônio. Desta forma as políticas de preservação certamente devem envolver um maior número de atores sociais para que possam ser efetivadas sendo que esta ideia ainda pode ser considerada um grande desafio.

⁷ POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, jan./jun. 2000 p.13.

A preservação do acervo do antigo CADEM será possível através de políticas públicas que visem urgentemente à acomodação deste acervo em um local apropriado, que seria o espaço que constituiria o *Centro de Memória Regional do Carvão*. Porém vale lembrar que tal empreendimento é preocupante para o jogo de interesses daqueles que não desejam que a história e a memória da região sejam colocadas em evidência. Conforme Belloto⁸ os Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem e decorreram as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que são, hierarquicamente, superiores ou inferiores.

A necessidade de políticas públicas que atendam à construção do Centro de Memória Regional do Carvão (mesmo que ainda não seja parte da pauta do momento, ao menos de alguns agentes públicos da região) deve ser enfatizada também como prioridade para o desenvolvimento social, cultural e também econômico das comunidades que formam a região carbonífera do Baixo Jacuí. As ações educativas em patrimônio são um primeiro passo em busca do desenvolvimento do pensamento em relação à importância da constituição deste espaço cultural. Entretanto ao buscar apoio dos governos em torno desta demanda percebe-se que alguns governantes consideram no momento desnecessário tal empreendimento, por acreditarem que partilhar desta luta poderia significar um decréscimo a suas carreiras políticas justamente por não haver uma “capitalização política” imediata.

Logicamente não se pode menosprezar o caráter importante do atendimento a necessidades infra estruturais prioritárias tais como o saneamento básico, pois este é vital para a saúde da comunidade, porém devemos buscar também alargar os horizontes em relação àquilo que deve ser levantado em uma lista de prioridades de uma comunidade.

Como ressaltado pela historiadora Ângela de Castro Gomes⁹ realmente torna-se um desafio o compromisso com a memória de grupos sociais, sobretudo os que

⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de Arquivo e Sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n. 31, jan./jun. 2002, p. 167.

⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. Justiça do Trabalho no Brasil: notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; Anita Lübbe; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTR, 2007, p.19.

sofreram perdas que precisam ser reparadas. Esta afirmação é bastante importante quando se trata do acervo CADEM, que apresenta fontes que dizem respeito a questões trabalhistas que envolveram os trabalhadores nas minas de carvão da região do Baixo Jacuí.

Ainda é apontado por Castro Gomes¹⁰ que os historiadores sempre foram usuários de arquivos, mas que só bem recentemente passaram a assumir outros papéis em relação a eles, transformando-se em incentivadores da criação de arquivos e se envolvendo diretamente em sua abertura e funcionamento. Certamente a preocupação dos historiadores em relação à preservação das fontes deve ser uma tarefa cotidiana no seu fazer, mas é necessário expandir esta ideia para outros meios, ou seja, a comunidade também deve sentir-se co-participante no processo de preservação.

A partir dos anos 70 e 80 temos no Brasil uma preocupação com a questão da “destruição da memória” e com as conseqüências políticas e culturais do esquecimento, sobretudo do esquecimento de eventos tão traumáticos na história do país, tal como o período conhecido como “os anos de chumbo”, a ditadura militar brasileira (1964-1985). A partir dessa preocupação podemos observar uma inquietação cada vez mais evidente com a memória daqueles que, por um espaço de tempo, foram silenciados e que de alguma forma correram o risco de serem mais uma vez silenciados através de ações que implicavam na destruição de todo e qualquer vestígio que pudesse fazer com que “ecoassem” as vozes por muito tempo caladas.

Ao mesmo tempo em que grupos se mobilizam em favor da preservação da memória e da história dos “silenciados”, muitas vezes observamos que não parte das comunidades o interesse pela preservação, fazendo com que os próprios sujeitos, muitas vezes, não tenham noção do seu “direito à memória”. Antes de tudo parece ser necessário que a tarefa de preservação esteja relegada a um grupo inicialmente interessado, que se organiza no sentido de “salvar” a documentação do fogo lento que as consome e se articula também no trabalho que busca a identificação e conseqüente valorização da comunidade em relação ao patrimônio que a pertence.

¹⁰ Ibid., p. 21.

Nesta realidade de cerca de dez toneladas de documentações (ainda não organizadas) em que empiricamente sabe-se de que tratam, devido a um incipiente trabalho de busca pela salvaguarda destes documentos através do projeto *Uma luz no fim do túnel*, deve-se atentar a um dos primeiros questionamentos quando estamos em meio um desafio como este: preservar para quê? Mesmo que um grupo de arquivistas, historiadores, sociólogos enfim, possam ter uma posição definida da importância desta ação para a sobrevivência da memória e da história de muitos sujeitos calados durante um determinado processo histórico, sobretudo vindo a preencher uma lacuna no campo da História Social do Trabalho esta noção de preservação deve ser uma constante na vida da comunidade a qual originou estas fontes. Segundo Silva¹¹ a partir da sensibilização e de ações educativas em patrimônio é que se torna possível muitas vezes a transformação do mundo ao redor destas comunidades, seja no sentido de uma transformação pessoal, percebendo-se como um sujeito do processo histórico, ou como descobrir-se como incentivador e disseminador de ideias que podem modificar inclusive a realidade infra estrutural ao seu redor.

Dando ênfase à preservação da documentação de uma comunidade tão empobrecida como a da região do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul, outra abordagem deverá ser feita: o que deve ser preservado? Assim como colocado por Silva¹² a preservação total é, sobretudo para muitos historiadores, a solução ideal, porém seus defensores são acusados de modernos construtores do “Arquivo de Babel”. Muitas vezes a realidade não corresponde àquilo que os profissionais almejam e muitas vezes o almejado não é convergente com a opinião da comunidade, ou seja, neste processo pela busca da preservação de acervos históricos é possível se deparar com questões infra estruturais que impedem o desejo da construção de um “arquivo universal” (espaço, investimentos, manutenção) e ao mesmo tempo não se pode deixar de considerar os anseios da comunidade. Portanto, para responder ao questionamento levantado devemos

¹¹ SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: porque preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; Anita Lübbe; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de documentos**: direito do cidadão. São Paulo: LTR, 2007, p. 39.

¹² Ibid., p. 41.

primeiramente direcionar esta pergunta não somente aos profissionais das áreas da preservação, mas insistir no envolvimento da comunidade buscando também a realização de seus anseios em relação ao ato de preservação. Logicamente que as posições científicas em relação a estas ações não devem ser deixadas de lado, principalmente quando estamos falando de um “pesadelo” para os historiadores dentro da realidade dos arquivos: a chamada “operação descarte”. Assim, sempre se deve buscar a convergência também com os interesses da comunidade, como no exemplo colocado por Fernando Teixeira da Silva¹³, onde a operação descarte deve considerar aspectos relacionados à memória da localidade, sendo que esta não é um dado, mas algo social e historicamente construído.

Nesta relação entre pesquisadores e a comunidade a ideia da construção de um Centro Regional da memória e história da Região Carbonífera do Rio Grande do Sul deverá levar em conta um aspecto muitas vezes relegado às questões do turismo cultural, assim não podemos desconsiderar que o relacionamento entre patrimônio e turismo já se instalou na América Latina que foi a pioneira nesta questão. Porém diante desta realidade, quando se trata de um arquivo é importante que se estabeleça regras de convivência entre pesquisadores e comunidade local, numa perspectiva de rentabilização econômica e de desenvolvimento social. Podemos considerar, no entanto, que um Centro que abrigue o acervo CADEM também pode trazer renda para a região através desta relação (turistas/pesquisadores e comunidade).

Em uma sociedade com fortes marcas de um capitalismo globalizado, preservar parece não estar muito de acordo com a ideia do “compra, estraga e compra de novo”, pois esta é a ideia básica de um sistema que tende a se reproduzir e não dar vez ao que já passou, visto que não é preciso preservar e sim consumir cada vez mais. Diante desta colocação é importante destacar o sentido da palavra preservar, que num viés mais estrito compreende economizar, resguardar, poupar, ou seja, ter um zelo especial não só em relação ao material (livros, fotografias, documentos diversos...), mas também ao imaterial (hoje se fala muito em preservar a história e também a memória das comunidades).

Sendo assim a preservação dos documentos não foge muito a esta lógica do cuidado especial que devemos ter, a fim de que estes possam por muito tempo

¹³ Ibid., p. 42.

servir à comunidade que deles necessitam. De tal modo, a preservação documental é tida como um campo de especialização emergente vinculado a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia que se distingue pelo seu caráter multidisciplinar, com forte conotação administrativo-gerencial de recursos humanos e material, visando a implantação de programas para a preservação física e o acesso continuado aos acervos às gerações presentes e futuras, através da conservação e da reformatação. Dessa forma, preservação é o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribui direta ou indiretamente para a proteção do patrimônio. Ex.: Leis, Campanhas, Congressos etc. Por outro lado, o Dicionário de Terminologia Arquivística¹⁴, fornece definições distintas para termos que se apresentam interligados e atrelados à mesma área, quais sejam, como o de preservação que é a função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos.

¹⁴ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Coordenação Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 57.

3 EDUCAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: uma união em defesa da preservação e acesso aos documentos históricos da região carbonífera do Baixo Jacuí – Rio Grande do Sul

Neste capítulo realizaremos uma análise estruturada do objeto proposto por esta pesquisa que são as ações educativas em patrimônio desenvolvidas através do projeto *Uma luz no fim do túnel*. Esta ação ocorrida no segundo semestre de 2009 envolveu a comunidade carbonífera do Baixo Jacuí no processo de preservação e busca pelo acesso ao acervo do antigo CADEM que por sua vez, desvenda a história e a memória da mineração de carvão no Rio Grande do Sul.

Ações que promovam a preservação e acesso ao acervo CADEM estão sendo desenvolvidas mais precisamente a partir do ano de 2009, através do apoio de uma equipe voluntária formada por profissionais de diversas instituições da área de história, jornalismo, arquivologia, biblioteconomia e sociologia.

Cabe a este capítulo contemplar a importância da preservação patrimonial também estendida aos documentos arquivísticos buscando na metodologia da educação patrimonial e nas ações educativas em patrimônio a contribuição necessária para alcançar este fim.

3.1 O documento como patrimônio

Ao iniciar uma reflexão acerca da importância de ações voltadas à preservação do patrimônio cultural é necessário antes, abordar o documento escrito a partir do universo patrimonial.

Levando em conta que o conceito de patrimônio, tal como atualmente é concebido, Possamai¹⁵ afirma que surgirá apenas no século XIX, se tem constantemente adicionado a este termo a ideia de atribuição de determinado valor – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros - aonde irá se operar a definição daquilo que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação.

¹⁵ POSSAMAI, Zita Rosane. Op. cit., p.15.

Segundo Hugues de Varine a definição de Patrimônio Cultural pode ser dividida em três grandes categorias de elementos:

Sugere o professor francês que o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável... O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente... O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 1982, p. 8-10).

A Constituição Brasileira de 1988 nos aponta em seu artigo 216 que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É interessante que ao analisar as colocações em relação ao conceito de patrimônio é possível perceber implicitamente que as noções que envolvem este termo muitas vezes acabam envolvendo também relações de poder que por sua vez atuam como “selecionadoras” de bens de acordo com os interesses dos grupos envolvidos na sua preservação.

Segundo Grunberg (2007) o ser humano possui uma capacidade singular que é a de produzir cultura. A partir deste pressuposto é importante reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar, não havendo, portanto uma cultura que possa ser considerada superior ou inferior. Assim, algo que se pode constatar na Carta do México (1976)¹⁶ quando trata do conceito de Patrimônio Cultural é o seguinte:

Identificamos al patrimonio cultural de un país en el conjunto de los productos artísticos, artesanales y técnicos; de las expresiones literarias lingüísticas y musicales; de los usos y costumbres de todos los pueblos y grupos étnicos, del pasado y del presente y reivindicamos la necesidad y la

¹⁶ Carta de México en Defensa del Patrimonio Cultural. Reunión Internacional. México, 1976. Apud ARROYO KERRIOU, Miriam. Museu, patrimônio e cultura: reflexões sobre a experiência mexicana. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 89-99. Trecho da p. 89.

urgencia de aplicar una política social y cultural que tienda a reconocer y salvaguardar dicho patrimonio en todos sus aspectos.

Quando trabalhamos com o conceito de patrimônio se torna necessário relacionar com outro conceito importante neste universo: a preservação. A origem da palavra preservar está intimamente ligada à ideia de “livrar do dano ou perigo”. Para tanto as ações de preservação do patrimônio cultural (levando em conta aqui os três grupos apontados por Varine em citação anterior) contemplam as seguintes ações: conhecer, a partir desta busca por conhecimento que pode ser dar através da memória oral, de inventários patrimoniais, estudos entre outros, podemos assim hierarquizar o patrimônio; proteger, esta ação é possível através de processo de tombamento, Lei do Plano Diretor dos municípios, ou outras leis que defendam o patrimônio em questão; conservar, que por sua vez implica na manutenção constante do patrimônio, sua restauração, consolidação entre outros. Por fim promover o patrimônio, isto através da metodologia da educação patrimonial, de campanhas, da divulgação.

Assim aquilo que consideramos ser um patrimônio cultural, ou seja, todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que ao longo dos anos vão se acumulando com as das gerações anteriores, clamam por um cuidado. Segundo Horta¹⁷, todo o indivíduo é herdeiro de uma cultura, desta maneira reconhecer o passado cultural de que somos herdeiros nos dá a garantia do equilíbrio de nossa identidade cultural.

Buscando relacionar esta noção de patrimônio à questão documental, Barroso¹⁸ enfatiza ser a fonte documental o elo que vincula a realidade histórica com o conhecimento histórico que o historiador constrói, ou seja, destaca-se aí a importância da fonte documental para a história e a memória das comunidades, constituindo-se assim em patrimônio o qual devem ser empreendidos esforços necessários em prol de sua preservação.

Observa-se que a noção de patrimônio documental é relativamente nova, já que outrora o conceito de patrimônio sempre esteve relacionado preferencialmente a

¹⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. In: BARRETO, Euder Arrais et. al. **Patrimônio Cultural e Educação**: artigos e resultados. __Goiânia, 2010.

¹⁸ BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Arquivos e Documentos Textuais: antigos e novos desafios. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n. 31, jan./jun. 2002 p.185.

um viés artístico/cultural que focalizava, sobretudo, as obras de arte reconhecidas e os bens imóveis (exemplares arquitetônicos e monumentos).

Segundo Bellotto, o patrimônio documental enquanto referente ao conteúdo dos arquivos permanentes/históricos é considerado parte do patrimônio histórico:

Porém como algo inerente à sociedade que produz/usa/consome o documento de arquivo, seja ele normativo, testemunhal ou informativo, ele não deixa de ser elemento integrante do patrimônio cultural. Portanto, da perspectiva de uma conceituação ou outra, o documento de arquivo, seu conjunto, enfim, o patrimônio documental, estará, certamente, presente. [...] Constitui-se, pois, o patrimônio documental somente aqueles documentos que:

- já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados;
- que já não tramitam;
- que já passaram pelo arquivo corrente;
- que, já submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição. (BELLOTTO, 2000, p. 153-154).

Por fim é interessante destacar que François Hartog¹⁹ trata de discutir a redefinição da “memória” e do “patrimônio” levando em conta o novo “regime de historicidade” que o Ocidente vive após a Queda do Muro de Berlim. Para Hartog²⁰, o regime de historicidade teria duas acepções: a primeira, mais restrita, seria a forma como uma sociedade trata o seu passado, a segunda, mais ampla, serviria para designar “a modalidade de consciência de si de uma sociedade humana”. Dentro deste conceito, o autor afirma que ocorreu um crescimento rápido da categoria do presente e se impôs a evidência de presente onipresente, que ele nomeia “presentismo” onde se vive entre a “amnésia e a vontade de nada esquecer”. Ilustrando melhor esta evidência o autor ainda utiliza o exemplo da destruição do Muro de Berlim, seguida de sua museificação instantânea, com sua imediata mercantilização, ou seja, a venda de amostras dos restos do próprio Muro.

Levando em conta esta contribuição trazida por Hartog, é possível destacar que muitas vezes esta imensa vontade “de reunir os arquivos de hoje, como se fosse já ontem” reflete este “presentismo”, ou seja, um regime de historicidade preocupado demasiadamente com o futuro. Assim a proliferação patrimonial poderia estar nos revelando um sinal da ruptura entre um presente e um passado:

¹⁹ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, MG, v. 22, n.36, jul./dez. 2006, p.263.

²⁰ Ibid. p. 264.

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo (HARTOG, 2005, p. 272).

3.2 Educação patrimonial e ações educativas em patrimônio: duas propostas em defesa do patrimônio documental carbonífero

A Educação Patrimonial trata-se de um tema que apesar de ter sido abordado inicialmente nos anos 80 do século XX ainda é muito restrito, sendo que algumas causas para isso são a demanda imensa em pesquisa e também o investimento econômico elevado diante muitas vezes da realidade encontrada, o que por sua vez acaba por tornar o processo complexo de ser implementado em alguns ambientes.

É no ano de 1983 durante o 1º Seminário sobre o *Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial, no Rio de Janeiro, que a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta introduziu, no Brasil, a metodologia da Educação Patrimonial, que por sua vez embasa especificamente o trabalho educacional nos museus e monumentos.

É possível, no entanto, que esta metodologia alcance um raio de ação maior que o levantado durante a sua criação, na Inglaterra, ou seja, que também possa ser aplicada nos arquivos. Atualmente os arquivos clamam também por ações educacionais e por que não dizer pela aplicabilidade de uma metodologia que parte do objeto cultural para realização de sua análise específica.

Segundo Horta (1999), a Educação Patrimonial é uma metodologia que na verdade se define como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Levando em conta tal pressuposto, Horta ainda acrescenta que o trabalho da Educação Patrimonial é capaz de ativar a memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando a afetividade bloqueada, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a auto-

estima e a capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção.

O trabalho de Educação Patrimonial, por sua vez, é capaz de ser fator de desenvolvimento de áreas que parecem num primeiro momento não terem qualquer tipo de relação. Conforme Horta²¹ a metodologia por sua vez insiste em ser fator de desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando os processos mentais superiores e enriquecendo a memória individual e seus mecanismos de registro e recuperação.

O sentimento de possível perda de um bem cultural é capaz de ser um elemento aglutinador da memória social das comunidades, muitas vezes acaba sendo a “mola propulsora” para ações que envolvam a salvaguarda de documentos, revitalização de espaços que contam a história e a memória de uma determinada comunidade.

Deve-se enfatizar que em alguns casos, muitas das ações que atuam em defesa dos bens culturais acontecem justamente no momento mais derradeiro em que o bem em questão se encontra. É neste momento que o senso preservacionista nasce, ou seja, o medo instantâneo da perda acaba mobilizando parte da comunidade.

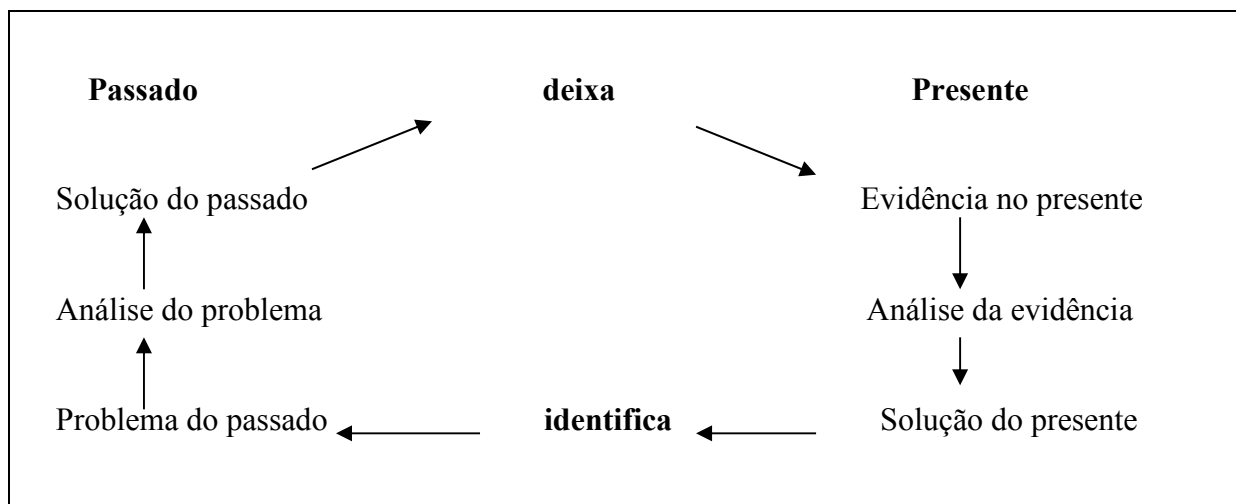
Torna-se também interessante o trabalho de aplicação da metodologia da Educação Patrimonial em relação ao patrimônio documental, assim como é desenvolvido em um dos projetos do Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moysés Vellinho.

O Arquivo Histórico Moysés Vellinho conta com um Programa de Educação Patrimonial dirigido ao público estudantil com o objetivo de sensibilizar e conscientizar para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais, sendo importante agente de alfabetização cultural, incidindo no reforço à autoestima, à identidade local, colaborando, assim, para a construção da cidadania. Entre os inúmeros projetos destaca-se o *Descobrimo a Arquivologia* onde os elementos envolvidos são a ciência da arquivologia, documentos e acervo. Esta oficina tem como objetivo disseminar o conhecimento da

²¹ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, jan./jun. 2000, p. 26.

disciplina arquivística, apresentando noções de organização, recuperação e preservação dos bens documentais com ajuda de um jogo entre equipes de alunos.

Tabela 1 - Facilitando a compreensão da vida no passado



Fonte: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

O quadro ilustra a ideia de que os problemas encontrados por uma comunidade no passado levaram a soluções que deixaram suas marcas no presente. Através do enriquecimento coletivo que se dá a partir da experiência e contato direto com as evidências e manifestações da cultura é possível despertar o interesse pela busca de soluções viáveis para a comunidade.

No Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial²² existe uma metodologia própria da educação patrimonial que se apresenta em torno de quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação do universo patrimonial em estudo.

²² Este material pode ser encontrado no Blog de Educação Patrimonial indicado na página na internet do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este Blog traz notícias atualizadas acerca das ações em Educação Patrimonial realizadas em todo o país, além de conter informações acerca das Casas do Patrimônio que constituem-se, essencialmente, em um projeto pedagógico e de educação patrimonial. É o primeiro passo para transformar as sedes das representações regionais, os escritórios técnicos do Iphan, e instituições da sociedade civil em pólos de referência local e regional para qualificar e atender a população residente, estudantes, professores, turistas em uma perspectiva de diálogo e reflexão, no sentido de participarem da construção coletiva dessa nova postura institucional. indicado na página na internet do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://educacaopatrimonial.wordpress.com/publicacoes-e-referencias/>. Acesso em 19/09/2010.

O trabalho desenvolvido pelo projeto *Uma luz no fim do túnel* é trazido como exemplo de uma ação educativa em patrimônio e não como a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial assim como prevê seus teóricos. Mesmo não aplicando a metodologia da Educação Patrimonial, mas se fundamentando em alguns de seus pressupostos, o projeto *Uma luz no fim do túnel* foi capaz de trazer novas perspectivas de trabalho educativo em torno da sensibilização e preservação do patrimônio não só o documental que se encontrava totalmente ameaçado, mas também os diversos bens que contam a história e a memória a região carbonífera do Baixo Jacuí.

3.3 Ações Educativas em patrimônio: a experiência desenvolvida no Instituto Federal Sul Rio-Grandense *Campus-Charqueadas*

Inicialmente este trabalho tratou de relatar a situação em que se encontrava parte do acervo de documentos do antigo CADEM e é a partir da constatação levantada que se partirá para a análise mais detalhada das ações educativas desenvolvidas durante o segundo semestre do ano de 2009 no IF-Sul - *Campus Charqueadas*.

Após o contato com a situação a qual se encontrava este acervo no de 2004, somente no ano de 2008 se iniciou o processo de formação de um grupo de voluntários interessados em salvar este patrimônio documental fortemente ameaçado. Para tanto, sendo uma das integrantes do grupo, servidora do Instituto Federal Sul Rio-Grandense, foi levantada a ideia de dar início a um processo voltado para a ação educativa em patrimônio que por sua vez buscasse inicialmente envolver a comunidade escolar (que pertence aos diversos municípios da Região Carbonífera do Baixo Jacuí) neste processo de salvamento de sua história e memória representadas neste projeto, pela documentação do antigo CADEM.

Foi decidido nomear o projeto de *Uma luz no fim do túnel*, uma alusão ao trabalho do mineiro do carvão, que após uma jornada exaustiva, no fundo escuro do chão, encontrava a “luz” ao sair do túnel de escavação. Certamente é esta a esperança a qual o projeto se apóia, ou seja, a luta pelo alcance de uma saída (“luz”) que possa enfim buscar a salvaguarda e conseqüente valorização destes

documentos como depositários da história e da memória da comunidade carbonífera do Baixo Jacuí.

A primeira etapa do projeto, objeto de investigação desta pesquisa, nasceu com o objetivo principal de promoção de uma ação educativa visando à salvaguarda, à higienização e à elaboração de um inventário inicial do acervo relatado, bem como posterior produção de banco de dados e ferramentas virtuais de divulgação do acervo. Assim podemos destacar que os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) Estimular o vínculo dos estudantes com a memória da região carbonífera através da capacitação para participarem do trabalho de salvaguarda da documentação histórica carbonífera;
- b) Desenvolver atividades de preservação patrimonial voltadas, principalmente, ao esclarecimento do valor da documentação existente e de sua importância, inclusive econômica (turismo), para o desenvolvimento da região;
- c) Esclarecer os jovens e a comunidade em geral a respeito da importância da preservação da memória sobre o trabalho mineiro;
- d) Possibilitar o desenvolvimento de produtos didáticos pelos participantes, tais como blogs de discussão sobre preservação patrimonial, documentários sobre as atividades de salvaguarda da documentação, bem como trabalhos escritos referentes ao projeto a serem apresentados em feiras científicas e nas escolas;
- e) Frear o processo de deterioração ao qual a documentação está submetida;
- f) Tornar a documentação viável para a pesquisa histórica;
- g) Iniciar o processo de constituição de um Centro de Memória Regional do Carvão, em articulação com a comunidade;
- h) Estimular o envolvimento da comunidade de Butiá, Minas do Leão, Arroio dos Ratos e Charqueadas e demais municípios da região no processo de salvaguarda e de valorização dessa documentação;
- i) Estimular a construção da noção de preservação patrimonial através de palestras e oficinas com os professores da rede de ensino local.

É neste sentido, que este trabalho se propõe a apresentar esta possibilidade de ação educativa que além de estar promovendo a aproximação entre Arquivologia e História, Universidade e Escola, é capaz de se apresentar como “força” necessária para a recuperação de um acervo histórico submetido ao “fogo lento” que o consome por falta de ações que possam reverter esta situação. Portanto, acredita-se que pelo

fato de se investigar políticas de preservação e acesso disponíveis propondo ações educativas será possível proporcionar a difusão do acervo.

A primeira ação elaborada pela equipe interdisciplinar que capitaneou a primeira fase do projeto foi realizada em junho de 2009 e tratou de reunir alguns membros da equipe, a direção do IF - Sul - *Campus* Charqueadas e a Pró-reitoria de Extensão do Instituto, a fim de explanar as propostas do projeto. Na oportunidade, a historiadora Carla Renata Gomes, integrante da equipe interdisciplinar, esclareceu os presentes acerca dos objetivos do projeto, solicitando assim apoio da instituição para a realização desta ação educativa no *Campus* Charqueadas. No momento houve certa resistência devido ao desconhecimento deste tipo de ação por parte da direção e também pelo fato de ser uma escola voltada a cursos técnicos.

Antes do início das atividades foi realizado um encontro com os alunos interessados e seus pais a fim de esclarecê-los acerca das ações que seriam desenvolvidas pelo projeto *Uma luz no fim do túnel*. Nessa oportunidade foi possível constatar a identificação da comunidade com seu patrimônio de forma que foi possível inclusive contar, também, com o apoio de alguns pais que se manifestaram interessados em colaborar nesta iniciativa seja participando das oficinas que fizeram parte desta primeira fase caracterizada como uma ação educativa em patrimônio seja também apoiando o projeto em termos de recursos básicos para a compra de equipamentos de proteção individual que assegurasse a questão da saúde.

Abaixo seguem as fotos do primeiro encontro com os pais e alunos do IF-Sul visando à implementação das oficinas do projeto *Uma luz no fim do túnel*:



Figura 4 - Apresentação da proposta do projeto *Uma luz no fim do túnel* à comunidade escolar do IF Sul *Campus* Charqueadas, por Tassiane Freitas (2009).



Figura 5 - Gerente de Ensino Prof. Marcelo Bender destaca a importância da implementação do projeto na instituição (2009).



Figura 6 - Prof. Benito Bisso Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta as perspectivas em relação ao desenvolvimento do projeto *Uma luz no fim do túnel* (2009).



Figura 7 - Historiadora Carla Renata Gomes esclarecendo a importância do projeto (2009).



Figura 8 - Comunidade discutindo a viabilidade das ações propostas em prol da salvaguarda do patrimônio documental da região carbonífera, representado pelas dez toneladas de documentos do Antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – o CADEM (2009).

Após estes encontros preliminares para a organização das ações a serem implementadas, ainda na primeira fase do projeto foram desenvolvidas as seguintes atividades:

24/10/2009 “Minas e mineiros: história e patrimônio I”

- Apresentação geral do projeto e da equipe;
- Introdução à história da mineração no Rio Grande do Sul;
- Ministrantes: Alexsandro Witkowski, Benito Bisso Schmidt, Carmem Regina M. Colman de Moraes, Clarissa Wetzel, Clarice Esperança, Felipe Figueiró Klován e Tassiane Mélo de Freitas.



Figura 9 - Apresentação do projeto *Uma luz no fim do túnel* aos participantes da primeira fase de oficinas (2009).

29/10/2009 “Minas e mineiros: história e patrimônio II”

- Ministrantes: Clarice Esperança e Felipe Figueiró Klován.



Figura 10 - Felipe Klován realizando palestra sobre a história da mineração no Rio Grande do Sul (2009).

05/11/2009 “Patrimônio e Organização e higienização da documentação: uma introdução”

- Noções gerais sobre patrimônio e educação patrimonial.
- Noções básicas de organização arquivística e higienização de documentos.
- Ministrantes: Benito Schmidt, Clarissa Wetzel e Carmem Regina M. Colman de Moraes.



Figura 11 - Prof. Benito B. Schmidt tratando das noções gerais de patrimônio e Educação Patrimonial (2009).



Figura 12 - Participantes da oficina assistindo à palestra (2009).

07/11/2009 Oficina prática

- Trabalho prático com a documentação do CADEM.
- Ministrantes: Alexsandro Witkowski, Clarissa Wetzel e Tassiane Mélo de Freitas.



Figura 13 - Participante da oficina de higienização aplicando os conhecimentos adquiridos nas palestras preparatórias (2009).



Figura 14 - Participantes iniciando o processo de higienização e classificação da pequena amostragem de documentos (2009).



Figura 15 - Alunas do Curso Técnico em Informática do IF Sul Rio Grandense – *Campus* Charqueadas higienizando carteiras de trabalho que fazem parte do acervo (2009).

21/11/2009 Oficina prática

- Trabalho prático com a documentação do CADEM.
- Ministrantes: Alexsandro Witkowski, Carmem Regina M. Colman de Moraes, Clarissa Wetzel e Tassiane Mélo de Freitas.



Figura 16 - Grupo de participantes das oficinas práticas (2009).

Abaixo as fotos do encerramento das oficinas da primeira fase do projeto:

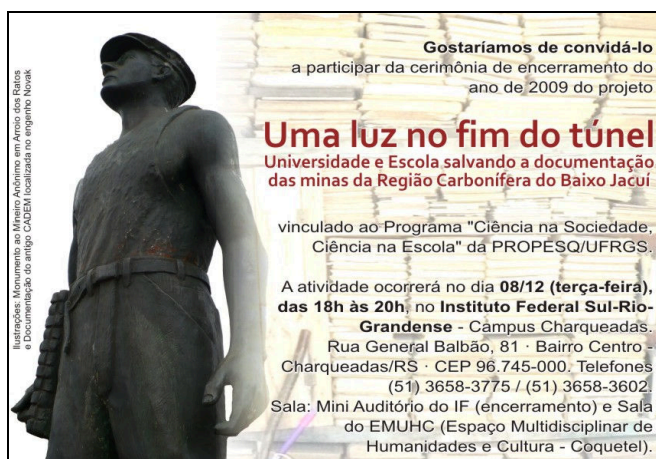


Figura 17 - Convite do encerramento das oficinas do Projeto *Uma luz no fim do túnel* (2009).



Figura 18 - Representante da Pró Reitoria de Extensão do IF Sul participando da entrega dos certificados (2009).



Figura 19 - Aluno apresentando o *blog* das oficinas do projeto *Uma luz no fim do túnel* (2009).



Figura 20 – Participante da oficina recebendo o certificado de conclusão da 1ª etapa (2009).

Após a realização desta primeira etapa da ação educativa que visava trabalhar a questão histórica por detrás da existência deste patrimônio documental e o primeiro passo rumo à preservação do acervo, a ideia que se coloca como vigente é o que se chama de etapa arquivística, ou seja, se promoveria enfim o encontro entre a educação (através de ações educativas em patrimônio) e a arquivologia.

A primeira etapa seria *conservar*, para isso, se faz necessário remover este acervo para um local que possa guardar definitivamente esta documentação, que há mais de uma década está sendo vítima de mudanças constantes e assim acabam sendo destruídos e degradados com os manuseios repetidos, e tudo isto devido à falta de interesse de muitas instâncias que poderiam estar colaborando neste processo de salvamento. Deste modo, nosso objetivo se revela como uma urgência, pois o “fogo lento” que está consumindo nossa história.

Para tanto se prevê nesta primeira etapa:

Remoção do acervo: destinação deste material para um local definitivo.

Higienização: etapa de extrema importância, devendo assim ser acompanhada por pessoas treinadas. Esta etapa que os demais documentos sejam danificados;

Estudo Histórico: conhecer a organização administrativa da empresa que produziu os documentos bem como de sua relação com a comunidade butiaense inserido tudo isto num parâmetro histórico;

Avaliação: diante de documentos que pelo período de acumulação são considerados de valor histórico, acreditamos que poucos serão eliminados, sendo assim se faz necessária a constituição de uma comissão responsável pela avaliação de tais documentos: arquivistas, restauradores, historiadores, advogados...

Ordenação: a partir do estudo feito sobre a organização administrativa da empresa na época, serão compostos os grupos e subgrupos dos documentos;

Acondicionamento: para esta etapa, é necessário que se utilizem materiais adequados, para proteção do manuseio e de outros fatores que possam prejudicar o

material;

Descrição: tornar os documentos acessíveis para a pesquisa científica e erudita, ter a sua devida localização. O recurso eletrônico do Banco de Dados e auxílio de um profissional da área da informática são interessantes nesta etapa.

É necessário oferecer serviços e atividades para o público, possibilitar o trabalho técnico e administrativo e contar com áreas de depósito reservadas, com condições climáticas e de segurança. O prédio do arquivo, no entanto deve ser planejado ou adaptado para que possa oferecer condições propícias para a primeira etapa de trabalho quanto à segunda etapa que se constitui da organização de atividades de pesquisa, educativas e culturais.

4 METODOLOGIA

Segundo Chizzotti (2008) a diferença entre os métodos quantitativo e qualitativo está no fato do primeiro se reduzir a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, enquanto a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Ainda sobre a abordagem qualitativa Neves menciona o seguinte:

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para a análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos (NEVES, 1996, s.p.).

É possível perceber a importância do enfoque qualitativo para a área da pesquisa em ciências humanas e sociais, ou seja, nestas áreas os dados quantitativos podem ser interessantes a fim de evidenciar alguma questão mais exata a ser discutida na pesquisa. Em termos gerais a pesquisa qualitativa pode buscar auxílio no método quantitativo para coleta de dados, por exemplo, mas deve-se levar em conta um universo mais amplo de pesquisa, no caso dos dados evidencia-se que não são coisas isoladas, acontecimentos, fixos captados em um instante de observação assim como se destina basicamente a pesquisa experimental. Retomando esta ideia Chizzotti aponta que:

A pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais (CHIZZOTTI, 2008, p. 78).

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa teve início com base nos seguintes instrumentos de coleta de dados:

- a) **Pesquisa bibliográfica:** abrangendo bibliografia já tornada publicada em relação ao tema de estudo - publicações avulsas, revistas e livros. Nesta etapa a fim de dar conta do universo de estudo proposto por esta

pesquisa buscou-se selecionar uma bibliografia que abrangesse os seguintes temas: políticas públicas, patrimônio, educação patrimonial, patrimônio cultural e preservação. Atualmente já podemos contar com um número considerável de publicações que giram em torno da questão do patrimônio cultural e sua preservação, porém em relação à metodologia da educação patrimonial ainda carecemos de mais estudos em torno desta questão.

- b) **Observação sistemática:** consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos. Observando as manifestações dos participantes do projeto *Uma luz no fim do túnel* foi possível superar as ilusões das percepções imediatas e construir um objeto que, tratado por definições provisórias, fosse descrito por conceitos e estes permitissem a formulação de hipóteses explicativas a ulteriormente constatadas e analisadas (CHIZZOTI, 2008). Nesta etapa cada encontro, registrado nas fotografias apresentadas anteriormente, foi de suma importância para que se pudesse registrar o envolvimento dos participantes com as propostas definidas para cada atividade do projeto. Para etapa prática do projeto “*Uma luz no fim do túnel*”, que fora previamente definida pelos historiadores e arquivista da equipe voluntária, temia-se o pouco envolvimento e o cansaço em relação a prática repetitiva de higienização dos documentos e pelo ensaio dos primeiros passos rumo a uma classificação documental, mas pelo contrário foi possível constatar que o envolvimento direto nesta realidade de salvaguarda manteve os participantes mais comprometidos com a causa principal do projeto.
- c) **Observação participante:** este tipo de observação é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos autores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista (CHIZZOTI, 2008). Por esta pesquisa partir de uma ação em que teve o próprio pesquisador envolvido, foi indispensável a utilização deste método de coleta de dados. A cada orientação prestada aos participantes da primeira etapa do projeto “*Uma luz no fim do túnel*” foi possível perceber o nível de

interesse e comprometimento de cada um. Cada palestra e principalmente cada uma das oficinas práticas do projeto, foi um momento propício para observar o envolvimento dos participantes.

Segundo OLIVEIRA (2008) é importante o máximo de rigor científico, segundo método e as técnicas adotadas para a análise dos resultados, de forma que se possa minimizar o viés da subjetividade. Cabe à técnica o encadeamento lógico do trabalho a ser apresentado, assim os dados poderão ser interpretados e analisados à luz dos conceitos trazidos pelos principais teóricos apresentados por esta pesquisa.

O conceito de patrimônio, considerado como a base para o início desta pesquisa é abordado de forma didática na obra “O que é patrimônio histórico” de Carlos A. C. Lemos (1982), que através de uma leitura agradável nos propõe a refletir acerca do que é Patrimônio Cultural, indicando as perguntas primordiais quando trabalhamos neste universo de pesquisa: por que preservar? O que preservar? Como preservar? Apesar de não ser uma obra recente, apresenta aspectos fundamentais a fim de explorarmos com mais precisão as questões patrimoniais e ações educativas em torno deste tema.

Este texto, além das definições básicas, vai tratar precisamente da preservação daquele Patrimônio arquitetônico dito histórico, mas não podemos deixar de tecer algumas considerações sobre todo o elenco de bens denominados “culturais” porque, como veremos, entre todos eles, quaisquer que sejam os atributos que se lhes der, existe forte travamento de relações estabelecidas (LEMOS, 1982, p. 8).

Entre as primeiras questões a serem abordadas no trabalho em torno de ações educativas visando à preservação de bens culturais de determinada comunidade está o questionamento acerca da noção que as pessoas têm em relação ao conceito de patrimônio. Inicialmente parece ser um conceito complexo de ser trabalhado, mas que encontra um respaldo bastante didático na obra de Lemos, que, por sua vez, cita autores importantes nesta área do patrimônio, como Hugues de Varine, museólogo francês que trabalhou de forma próxima com Georges-Henri Rivière, tendo-lhe sucedido em 1964 como diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Hugues ainda esteve ligado a um grande conjunto de práticas museológicas marcadas pela intervenção comunitária onde se destaca, pela repercussão posterior, o Ecomuseu de “Le Creusot” (1971-75). Colaborou em

intervenções de âmbito regional e local na França, Brasil, Canadá, Portugal, Suécia, Noruega e Espanha. A partir da década de 1980 liderou e participou de iniciativas de intervenção social visando o desenvolvimento local²³.

Outra obra essencial a fim de abordar o universo do patrimônio (principalmente no que diz respeito aos bens edificados) é “A alegoria do patrimônio” de Françoise Choay (2006). Este trabalho faz a abordagem das relações estabelecidas com o patrimônio e propõe uma reflexão sobre o futuro das sociedades focalizando os bens culturais, representados pela arquitetura e pelas cidades, discutindo e defendendo uma antropologia da apropriação do espaço no tempo, e seu futuro.

Ainda na obra de Choay, o olhar sobre as relações com os artefatos construídos traça uma linha alegórica e evolutiva, dos tempos medievais até a segunda metade do século XX, que clarifica um projeto iniciado com a representatividade dos monumentos – a princípio chamados de antiguidades – e que prossegue estimulando o sentimento de patrimônio e, finalmente, a noção de patrimônio histórico. Esta evolução parece encontrar, no entanto, seu limite no tempo atual, quando se observa que as ações sobre o que se considera patrimônio tendem a precipitar uma falsa consciência do seu valor. E este é o ponto principal desta obra, o qual esta pesquisa procura seu embasamento²⁴.

Em uma visão recente também acerca da discussão da questão do patrimônio um artigo interessante de se fazer presente nesta revisão bibliográfica é o de François Hartog intitulado “Tempo e Patrimônio” (2005). Através deste artigo podemos vislumbrar a relação do patrimônio e seus regimes de temporalidades que segundo o autor:

Assim, interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidades nos conduziu, de maneira inesperada, do passado ao futuro, mas um futuro que não é mais a conquistar ou a realizar sem hesitar e, se preciso for, violentando o presente. Este futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em

²³ CARVALHO, Ana. **Hugues de Varine**. Disponível em: <<http://nomundodosmuseus.wordpress.com/2010/03/25/hugues-de-varine/>>. Acesso em 19/09/2010.

²⁴ Segundo Maria Isabel Villac, na apresentação da obra “A alegoria do patrimônio” de Françoise Choay (2006), a transformação do entendimento do patrimônio, nas práticas atuais, como produto de consumo e espetáculo, banaliza a dimensão fundamental que o inaugura. Estas preocupações em torno do valor de uso, valor econômico, principalmente no que se refere a obras arquitetônicas devem estar presentes quando discutimos o patrimônio, todavia também são essenciais de serem discutidas em processos educativos que englobam o universo do patrimônio em seus objetivos.

movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa (HARTOG, 2005, p. 273).

Destacam-se ainda as revistas *Ciências & Letras* números 27 (2000) e 31 (2002) como sendo duas obras fundamentais quando se realiza pesquisas na área do patrimônio e suas diversas esferas, tais como a relação entre educação e patrimônio.

Apesar da experiência vivenciada pelo projeto *Uma luz no fim do túnel* não estar estritamente ligada a uma experiência em Educação Patrimonial, justamente por não utilizar esta metodologia de forma padrão durante as suas primeiras atividades no segundo semestre de 2009, não descarta a possibilidade de compreendermos esta metodologia, que por sua vez também foi fundamental para a construção das propostas do projeto).

As principais obras que abordaram de forma sistemática o universo da metodologia da Educação Patrimonial foram o “Guia de Educação Patrimonial” (HORTA, et. al., 1999) e o “Manual de Educação Patrimonial” (GRUNBERG, 2007), duas produções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que visam ao esclarecimento dos educadores acerca desta metodologia que segue alguns caminhos bem específicos, assim como já foi destacado anteriormente.

Por fim o conceito de políticas públicas encontrou no texto “Direitos Humanos e Cidadania” (OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2007) uma fonte bastante interessante ao esclarecimento do conceito de políticas públicas, especialmente aplicando à realidade dos arquivos.

Através dos teóricos principais apontados por esta pesquisa e das demais leituras afins foi possível realizar a análise dos dados coletados durante o período em que foram realizadas as atividades do projeto *Uma luz no fim do túnel* e após estas.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tratando-se de uma documentação escrita que no geral retrata as relações de trabalho no início do século XX, destacando, sobretudo, as péssimas condições de trabalho nas minas de carvão da região e o cotidiano de exploração, certamente o acervo documental carbonífero representa uma prova viva acerca daquilo que realmente representou o trabalho nas minas de carvão do Rio Grande do Sul. Assim quando se trata de preservação, vários são os jogos de interesses que entram em cena, seja da parte dos grupos sociais que se sentem prejudicados por vir à tona esta memória tida como “desagradável” seja por parte daqueles que desejam evocar as memórias dos trabalhadores que doaram parte de suas vidas ou totalmente elas em favor do desenvolvimento econômico da região. Desta maneira:

A necessidade de proteção dos patrimônios, exemplificados por monumentos, prédios ou artefatos, dar-se-á em função da ameaça de sua perda e, conseqüentemente, da ameaça de perda da identidade de determinada nação ou grupo social ao qual estão identificados (POSSAMAI, 2000, p.21).

Um exemplo a ser valorizado vem do *Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul*, que cumprindo as resoluções aprovadas no I Encontro da Memória e Justiça do Trabalho, ocorrido no ano de 2006, congregou esforços para a preservação da história do Direito e da Justiça do Trabalho, abordando desta forma os dilemas colocados pela necessidade de preservar a imensa massa documental constituída pelos processos trabalhistas. Esta ação por sua vez chama a atenção pelo grau de desafio, pois se sabe quão grande é a massa documental gerada pelos órgãos do judiciário e também pelo fato do caráter da documentação de que se trata: trabalhista, justamente o principal de tipo de documentação encontrada do acervo do antigo CADEM.

A etapa concretizada pelo projeto *Uma luz no fim do túnel* em sua primeira edição trouxe resultados interessantes que cabem aqui serem analisados.

A importância do trabalho desenvolvido pela equipe interdisciplinar que voluntariamente auxiliou na construção e realização deste projeto deve ser enfatizada. Através deste projeto foi possível que cada área pudesse dar sua parcela de contribuição tornando viável uma ideia que agregou os conceitos de

patrimônio, preservação, metodologia da educação patrimonial, ações educativas em patrimônio, políticas públicas além, da história da mineração de carvão na região carbonífera do Baixo Jacuí e questões práticas envolvendo a arquivologia.

É interessante salientar a existência de várias definições em relação ao conceito de patrimônio, envolvem relações de poder e que atuam como “selecionadoras” de bens de acordo com os interesses dos envolvidos na sua preservação.

Como já foi ressaltado anteriormente, segundo a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes²⁵ realmente torna-se um desafio o compromisso com a memória de grupos sociais, sobretudo os que sofreram perdas que precisam ser reparadas. Esta afirmação é muito importante quando se trata de ações tais como o salvaguarda de documentação. Embora não tenham passado por um processo criterioso de inventário, é perceptível a existência de fontes que dizem respeito a questões trabalhistas que envolveram os trabalhadores nas minas de carvão da região do Baixo Jacuí. Caracteriza-se esta uma das possíveis razões pela qual a empresa que gerou esta documentação atualmente demonstre receio em torná-la de interesse público e social conforme decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002.

Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.

§ 1o A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo.

§ 2o São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II - os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 3o da Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991;

III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei no 8.159, de 1991.

A sensibilização dos participantes do projeto *Uma luz no fim do túnel* em relação às noções básicas de patrimônio e preservação foi evidente, pois vários dos participantes que demonstravam ter uma noção de patrimônio muito mais “selecionadora e elitista” modificaram e amadureceram este olhar durante as oficinas práticas, que consistiram no contato com os documentos a serem salvaguardados. O fato de tocar, ler e apropriar-se do universo concreto e informacional evocado pelo

²⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro, op. cit., p.19.

documento, fez com que se ampliasse a noção de patrimônio. A proximidade com o conteúdo dos documentos higienizados e classificados foi capaz de torná-los sujeitos de alguma forma desta história e memória evocada (ou seja, por terem participado diretamente da realidade da mineração de carvão na região ou por serem descendentes de pessoas que tiveram sua vida relacionada a esta realidade), despertando o interesse em lutar na busca por políticas públicas que possam atender esta necessidade imediata da preservação do patrimônio cultural carbonífero.

A noção de preservação também pode ser ampliada. Ao iniciar as atividades com as palestras de formação as dúvidas dos participantes se voltavam basicamente à questão da restauração. A ideia dos participantes é que realizaríamos durante as atividades “uma restauração de documentos”, sendo que esta ação dentro dos ditames da preservação deve ser a última a ser aplicada de uma ação de preservação patrimonial. Foi necessário abordar que a preservação prevê um horizonte amplo em que a restauração faz parte, mas que no momento não seria a medida a ser aplicada na realidade em que se atuaria.

De acordo com as observações feitas durante a realização do projeto foi possível vislumbrar um saldo positivo em relação à ação aplicada, isto através da fala dos diversos agentes envolvidos que salientavam que ações educativas possuem um foco mais prático, ou seja, diante de uma demanda urgente a ação educativa aos moldes aplicados durante a primeira etapa do *Uma luz no fim do túnel* (palestras de formação e oficinas práticas) seria uma forma mais imediata de tratar esta urgência ao mesmo tempo em que se buscava resolver esta situação do acervo CADEM em seu universo macro, ou seja, de buscar o comprometimento da empresa produtora destes documentos e dos agentes públicos na defesa deste patrimônio.

Diante dos resultados mais imediatos produzidos pelo projeto em relação à situação do acervo, (que se acredita ainda encontrar-se em estado precário devido a sua volta à empresa que o gerou), outros horizontes despontaram como alternativa para continuar deixando viva a “chama” da preservação do patrimônio cultural carbonífero divulgando este apelo em favor da salvaguarda do acervo CADEM através de outras ações, propostas inclusive por integrantes da primeira fase do projeto.

Os estudantes do Curso Técnico em Mecatrônica do IF Sul – *Campus* Charqueadas G.P.M (17 anos) e H.P.M (15 anos), diante da situação de encaminhamento dos documentos novamente para a empresa que os gerou, optaram por ampliar o raio de ação deste projeto para outras realidades patrimoniais, tal como o caso da precariedade que atualmente assola o Museu Estadual do Carvão, localizado no município de Arroio dos Ratos. Estes resolveram investir em uma pesquisa que visa investigar os problemas que impedem a visualização do Museu Estadual do Carvão, sediado no município de Arroio dos Ratos, como uma referência para a memória e história da mineração de carvão no Rio Grande do Sul. Desta forma, está sendo possível a construção de propostas que possam solucionar este problema juntamente com a comunidade e com órgãos defensores do patrimônio. Para tanto, através da elaboração e aplicação de um questionário à comunidade carbonífera e da realização de entrevistas com funcionários do Museu Estadual do Carvão, foi possível previamente vislumbrar a hipótese, que por sua vez apontava para questões ligadas à infraestrutura (atendimento, estacionamento, estrutura dos prédios, limpeza, iluminação, pesquisa, serviços, entre outros), a falta de atrativos que poderiam ser empreendidos no contexto temático do Museu e problemas relacionados à divulgação.

Mesmo ainda em fase de negociações em relação ao destino do acervo CADEM, certamente a contribuição das oficinas do projeto *Uma luz no fim do túnel* para a sensibilização da comunidade carbonífera participante, principalmente em relação ao tema do patrimônio, foi um resultado evidente.

Atualmente o tema patrimônio cultural está começando a ser pauta de iniciativas vindas de alguns municípios da região. Primeiramente destaca-se o trabalho efetuado pelo projeto *Uma luz no fim do túnel*, no Instituto Federal Sul-Rio Grandense - *Campus* Charqueadas; por outro lado observamos o trabalho de alguns jovens do município de Arroio dos Ratos na busca pela revitalização e potencialização do Museu Estadual do Carvão e por último a construção de um Centro Cultural no município de Butiá, que por sua vez vem dividindo opiniões devido a interferência que este possa vir a causar em espaço (uma praça) tido também como um patrimônio da cidade.

Espera-se que estas mobilizações realmente propiciem a criação de um espaço onde a comunidade carbonífera encontre registros de sua história e também a

garantia dos direitos e da cidadania, ao legar a possibilidade de conhecimento do passado através da construção de um Arquivo Histórico.

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a ação educativa interdisciplinar promovida pelo projeto *Uma luz no fim do túnel*. A partir dos aspectos trazidos por esta pesquisa foi possível perceber que esta ação se apresentou como uma atuação diversificada que recebeu um amplo apoio da comunidade envolvida, apontando uma possibilidade concreta no processo de salvaguarda do acervo CADEM.

Tendo em vista as diversas tentativas apontadas no início deste trabalho, o projeto *Uma luz no fim do túnel* foi o que mais produziu resultados positivos em relação à defesa do patrimônio documental carbonífero, pois além da mobilização de vários agentes da comunidade em prol desta luta, também atuou promovendo uma extensão de conhecimentos em torno da questão patrimonial.

Quando as políticas públicas não abarcam situações como a apresentada pela pesquisa, a demanda por um envolvimento da comunidade em defesa de seus interesses, como o da preservação patrimonial, se torna uma necessidade imediata. Por meio da ação em que a própria comunidade se tornou o agente principal percebeu-se o quanto é significativo a mobilização em torno da questão patrimonial.

O projeto *Uma luz no fim do túnel* através das oficinas ministradas no segundo semestre de 2009, além de capacitar seus participantes dentro das propostas sugeridas na primeira fase, contribuiu fortemente para a divulgação da situação do acervo documental através da publicação de matérias em jornais locais inclusive de grande circulação no Rio Grande do Sul convidando a comunidade em geral a fazer parte deste processo.

A divulgação da situação do acervo contribuiu para que atualmente também se possa contar com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), que após ser comunicado da lastimável situação que se encontra este importante acervo decidiu também se colocar como interventor nas ações de preservação.

É importante destacar que estas ações educativas em torno da questão do patrimônio são ferramentas que devem ser prioritárias não só nas organizações imbuídas na preservação, gestão e acesso a acervos ou outros bens culturais, mas fazer também com que este tipo de ação seja integrante das estratégias de diversos espaços onde se busca a valorização do patrimônio local (escolas, associações

culturais, clubes...). Cada vez mais se torna uma necessidade imediata a promoção de ações educativas em patrimônio, principalmente quando estamos nos dirigindo a regiões menos desenvolvidas, pois é uma forma de fomentar o desenvolvimento cultural e sócio econômico regional.

A partir do final da década de 60 do século XX a questão do turismo cultural entrou em pauta, sendo que a América Latina foi a pioneira nesta questão. Assim surgem os primeiros documentos internacionais que buscam no turismo cultural as condições para a sustentabilidade econômica, para as ações de preservação do patrimônio cultural e principalmente dos conjuntos urbanos.

A relação entre patrimônio e turismo se instalou de forma definitiva. Há, porém, a necessidade do condicionamento de regras de convivência entre ambos. Numa perspectiva de rentabilização econômica e de desenvolvimento social, podemos considerar que os monumentos realmente podem trazer renda para os seus países (no caso desta pesquisa, para a região) de origem através de um turismo que seja encarado como meio de preservação do patrimônio.

Em palestra realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre no dia quinze de abril de 2010, Hugues de Varine explanou acerca da “Comunidade aberta – patrimônio partilhado”, título de sua exposição. Nesta oportunidade fora apresentado um diagnóstico sobre o patrimônio histórico e cultural e o compartilhamento com o turismo e o turista, anunciando a importância que cada território tem, especificamente, no desenvolvimento social e cultural de uma comunidade. Ele destacou o que chama de “três pilares fundamentais” neste contexto de patrimônio, o governo local, comunidade, e atores econômicos.

Tanto na colocação de Varine quanto nas ideias expostas pela Carta de Turismo Cultural, o turismo deve ser resultado de uma interação da comunidade neste processo, de forma que não se institua um tipo de turismo que podemos considerar como sendo “predatório”.

Ações educativas e a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial são essenciais para que se possa despertar este senso de turismo, ou seja, um processo educativo é capaz de desenvolver uma região socialmente, economicamente e também culturalmente buscando esta parceria com o turismo de acordo com as ideias levantadas anteriormente, assim é necessário o

comprometimento de diversos agentes para que possam estabelecer estas alternativas.

Acredita-se que as ações implementadas pela primeira fase do projeto *Uma luz no fim do túnel* foram desencadeadoras de um novo processo que se aproxima para a realidade cultural, social e econômica da região carbonífera. A sensibilização das pessoas em relação ao tema do patrimônio, a divulgação das atividades do projeto em diversos meios, o envolvimento de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atuando como parceiro, os demais trabalhos que estão surgindo em torno tanto da questão do patrimônio cultural carbonífero quanto da história da mineração de carvão no Rio Grande do Sul revelam esta força transformadora, esse novo ânimo produzido pelo projeto *Uma luz no fim do túnel*.

Espera-se que esta pesquisa seja uma forma de divulgar cada vez mais o processo que vem se encaminhando e possa também arregimentar uma legião de agentes em favor da história e da memória de uma comunidade que teve sua economia e relações sociais constituídas em torno da penosa atividade da extração do chamado “Ouro Negro”, o carvão.

Por fim nada mais significativo de que incutir a tarefa da preservação às novas gerações através de atividades que possam sedimentar a sensibilização e a valorização das fontes que retratam a história e a memória da comunidade a qual pertencem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Coordenação Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Arquivos e Documentos Textuais: antigos e novos desafios. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n. 31, p. 185-197, jan./jun. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de Arquivo e Sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n. 31, p. 165-180, jan./jun. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, p.151-166, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BROSE, Markus Erwin. Rio Grande do Sul: superação das desigualdades regionais. In: CRUZ, José Luis Vianna da (org). **Brasil, o desafio da diversidade**: experiências de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2005, p. 235.

Carta de México en Defensa del Patrimonio Cultural. Reunión Internacional. México, 1976. Apud ARROYO KERRIOU, Miriam. Museu, patrimônio e cultura: reflexões sobre a experiência mexicana. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 89-99.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

GOFF, Le Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Justiça do Trabalho no Brasil: notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, Magda Barros; Anita Lübbe; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTR, 2007.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBAWCKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, MG, v. 22, n.36, p.261-273, jul./dez. 2006.

HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Editora PBS, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, p.25-35, jan./jun. 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. In: BARRETO, Euder Arrais et. al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. __Goiânia, 2010.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n. 31, p. 325-338, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, p.13-24, jan./jun. 2000.

REZENDE, Darcilene Sena. **Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização**: a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias. s.n.t. Disponível em <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.pdf>>. Acesso em 14/08/2010.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: porque preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; Anita Lübbe; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de documentos**: direito do cidadão. São Paulo: LTR, 2007.

SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.

SIQUEIRA, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Melo de. **Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2006.